

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT03.015

## MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-EDUCATIVO DA EPT NO RECIFE: O EDIFÍCIO DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE PERNAMBUCO

Lêda Cristina Correia da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objeto central o edifício da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco, situado no bairro do Derby, no Recife, como patrimônio histórico-educativo do IFPE. De construção iniciada em 1931 tornou-se, a partir de ano de 1934, sede da escola para o qual foi construído, e embora nas últimas décadas venha passando por apagamento, constitui um lugar significativo de memória da escola e da cultura escolar da EPT em Pernambuco. Nosso trabalho insere-se no conjunto de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas junto ao Centro de História, Memória e Documentação do IFPE (CHMD) sobre a história dessa instituição de ensino, a partir da abordagem da história da educação que toma o patrimônio histórico-educativo como objeto de investigação, e insere-se nas discussões que têm permeado pesquisas, eventos, publicações e ações em rede que congregam pesquisadores de diferentes países. Emergindo da renovação historiográfica da Nova História Cultural que influenciou o olhar para novos objetos e abordagens nas pesquisas sobre história das instituições educativas, e por consequência, conduzindo a pensar formas de resgate e preservação, bem como uma revalorização de seus acervos, como destacado por Maria Mogarro, Justino Magalhães, Tatiane

1 Coordenadora do Centro de História, Memória e Documentação do IFPE - CHMD-Recife. Mestra em História (UFPE). Docente EBTT de História do IFPE Campus Recife. [ledasilva@recife.ifpe.edu.br](mailto:ledasilva@recife.ifpe.edu.br)

Ermel, Agustín Escolano e Rosa Fátima de Souza. No Brasil, a multiplicação de pesquisas na temática e reivindicação por valorização deste patrimônio pode ser compreendida no contexto de alargamento da noção de patrimônio cultural e das pesquisas sobre o patrimônio no alvorecer do século XXI, destacando-se aquelas sobre cultura material escolar e acervos científicos constitutivos do patrimônio cultural de ciência e tecnologia. Assim, procuramos abordar este patrimônio histórico educativo do IFPE nesta interface dos estudos da história da educação e do patrimônio cultural, colocando em debate a importância deste patrimônio contra processos de esquecimentos e apagamentos da memória escolar e para uma compreensão histórica da instituição de ensino.

**Palavras-chave:** Patrimônio histórico-educativo, Memória, Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco, IFPE.

## INTRODUÇÃO

Temática relativamente recente na historiografia da educação, o patrimônio histórico-educativo como objeto de investigação tem permeado pesquisas e debates notadamente no campo da história da educação, e estimulado a criação de redes como a Rede Ibero-americana para a Investigação e Difusão do Patrimônio Histórico-Educativo (RIDPHE), a SEPHE (Sociedad Española para o Estudo do Patrimônio Histórico-Educacional), a SIPSE (Sociedade

Italiana para o Estudo do Patrimônio Histórico-Educacional), todas criadas nas duas primeiras décadas deste século, o que demonstra a importância que a temática assumiu nacional e internacionalmente<sup>2</sup>. Tais organizações congregam pesquisadores da história da educação, na temática das instituições e culturas escolares em diferentes países, cujas pesquisas disseminadas em eventos e produções bibliográficas, colocam o patrimônio histórico-educativo em patamar privilegiado de pesquisas chamando atenção à necessidade de salvaguarda deste patrimônio. Para além destas organizações, podemos mencionar ainda o papel de pesquisadores da área de História da Educação articulados em grupos de pesquisa, na proliferação de espaços memoriais, e nas ações promovidas no âmbito de associações como a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), cuja atuação em defesa do patrimônio educativo no Brasil tem norteado pesquisas sobre o patrimônio educativo e produzido um trabalho de inventariação, culminando em 2024 com a *Carta de Natal sobre o Patrimônio Educativo*<sup>3</sup>.

2 No Brasil, a Rede Ibero-americana para a Investigação e Difusão do Patrimônio Histórico-Educativo (RIDPHE), teve sua criação em 2008 e desde então é a principal responsável por realização de temáticas com ênfase no patrimônio histórico-educativo. No âmbito internacional destacam-se a SEPHE (Sociedad Española para o Estudo do Patrimônio Histórico-Educacional), a SIPSE (Sociedade Italiana para o Estudo do Patrimônio Histórico-Educacional), criadas em 2004 e 2017 respectivamente.

3 Para acessar este documento consultar: <https://sbhe.org.br/2024/12/23/carta-de-natal-rn-sobre-o-patrimonio-educativo/>

No Brasil, uma importante contribuição na dimensão da educação profissional tem sido trazida pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), com atividades voltadas à pesquisa e inventariação, à preservação, valorização e difusão de acervos que compõem um patrimônio cultural plural de suas instituições escolares, por onde se narra também a história escolar. Entre as ações ali concretizadas estão os Centros de Memória nas unidades escolares de ensino técnico, espaços que sediam pesquisas, elaboração de instrumentos de inventário de acervos, congressos e articulação em rede que ajudam a traçar um amplo panorama dos acervos para uma história da educação profissional paulista e de seu patrimônio histórico-educativo<sup>4</sup>.

No âmbito da rede federal de educação profissional e tecnológica<sup>5</sup>, essa ainda é uma discussão inicial que tem gestado a reflexão sobre a história das instituições de ensino que compõem esta rede e resultado também na criação de espaços institucionais de memória sob perspectivas diversas, tendo por ênfase a preservação de seus acervos históricos e da memória institucional.

Neste trabalho nos debruçamos sobre aspectos da memória e história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Tomamos como objeto de pesquisa o edifício da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco, situado no bairro do Derby, na cidade de Recife (PE). De construção iniciada em 1930 tornou-se, a partir de ano de 1934, sede da escola para o qual foi construído, abrigando a instituição de ensino em suas diferentes configurações até os anos 80. Embora nas últimas décadas venha passando por processo de apagamento em sua

4 Sobre as ações no âmbito do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS)/SP assim como dos seus centros de memória e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GPEMHEP) criado em 2008 consultar: <https://www.memorias.cpscetec.com.br/percurso.php>

5 A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) foi criada oficialmente pela lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e é composta por 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs), dois centros federais de educação tecnológica (Cefet-MG e Cefet-RJ), as escolas técnicas vinculadas às universidades federais, o Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

história, constitui um lugar significativo de memória da escola e da cultura escolar da educação profissional e tecnológica em Pernambuco.

O estudo integra o conjunto de pesquisas desenvolvidas no Centro de História, Memória e Documentação do IFPE (CHMD) sobre a história dessa instituição de ensino ao longo de sua trajetória centenária. Se propõe trazer uma reflexão sobre a importância do patrimônio histórico-educativo para uma compreensão da história da instituição escolar colocando este bem, a saber, o edifício escolar, como patrimônio histórico-educativo do IFPE. Ademais, busca refletir sobre o edifício escolar como suporte à memória da educação profissional e tecnológica em Pernambuco e portador de referências e sentidos na construção de uma memória social sobre essa instituição educativa.

## METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, voltada à compreensão de um bem edificado de relevância histórica e cultural para a educação profissional e tecnológica (EPT). Busca compreender aspectos ainda não investigados sobre a própria instituição de ensino e o espaço educativo que foi construído como sede e tornou-se marco no espaço urbano a partir da década de 1930.

A pesquisa pode ser classificada também como bibliográfica e documental servindo-se de fontes diversas para uma compreensão do objeto, sob a perspectiva da história cultural. A pesquisa bibliográfica teve por propósito compreender categorias como educação profissional e tecnológica, memória institucional, instituição escolar e patrimônio histórico educativo.

Quanto à pesquisa documental, o levantamento considerou acervos disponibilizados em repositórios digitais e no acervo físico do próprio Centro de História, Memória e Documentação do IFPE. Por meio destes acervos foi possível acesso às fontes hemerográficas considerando diversos jornais, fontes iconográficas, bem como documentos arquivísticos

textuais provenientes de acervo escolar que descrevem as atividades da instituição de ensino.

No artigo, procuramos abordar o patrimônio histórico educativo do IFPE nesta interface dos estudos da história da educação e do patrimônio cultural. Procuramos inicialmente apresentar uma discussão sobre a construção social da noção de patrimônio cultural e do patrimônio histórico-educativo. Em seguida, apresentamos o edifício escolar como espaço educativo para uma instituição de ensino profissional, seguindo a sua compreensão como patrimônio histórico-educativo do IFPE e como suporte à educação profissional e tecnológica em Pernambuco.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### PATRIMÔNIO CULTURAL E PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDUCATIVO – BREVES CONSIDERAÇÕES

A noção de patrimônio histórico e sua preservação encontra-se intimamente ligada à ideia de construção da nacionalidade e da memória nacional, servindo, segundo Cecília Londres Fonseca, ao processo de consolidação do Estado-Nação moderno por meio de suas funções simbólicas de: reforço à noção de cidadania; metáfora da nação; servir de prova material que documentam a versão oficial da história nacional; de instrução dos cidadãos, alcançando, portanto, um caráter pedagógico (FONSECA; 2005, p. 59). Este conceito, construído histórico e socialmente, tem uma trajetória marcada pela atribuição de valor e dos sentidos políticos do patrimônio em sua relação intrínseca com a memória<sup>6</sup>.

No Brasil, iniciativas precursoras de proteção ao patrimônio histórico nacional ganharam força na segunda década do século XX, sendo representativo deste movimento a criação de Inspetorias Estaduais de

6 Sobre a noção de patrimônio histórico e a atribuição de novos sentidos há pluralidade de estudos que podem ser consultados, entre eles Choay (2006, 2011), Poulot (2006), Chuva (2009).

Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia, (1927) e, em Pernambuco (1928). Fonseca situa a criação do primeiro órgão federal em 1934, quando ocorreu a criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais, de curta existência e vinculada ao Museu Histórico Nacional como marco da iniciativa federal para a proteção ao patrimônio histórico no Brasil (FONSECA; 2005, p. 95). Anos depois, o Decreto-lei 25, de 30 de novembro 1937 instituiu o tombamento, constituindo-se como uma primeira lei nacional para a proteção do patrimônio cultural do país no período republicano, instituindo uma nova prática social de atribuição de valor a objetos. Nesse momento era criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, que consagraria como imagem representativa do patrimônio histórico e artístico nacional o patrimônio “em pedra e cal” e a um processo de “musealização” do patrimônio histórico e artístico nacional pelo qual monumentos e objetos móveis tornar-se-iam ícones da nação<sup>7</sup>.

Uma mudança substancial foi conferida pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, ao definir como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, “tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes em colaboração com a comunidade, de proteção do patrimônio cultural brasileiro, seja por “meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).

Neste movimento de ampliação da noção de patrimônio encontra-se inserido o patrimônio histórico-educativo. Os estudos sobre esta tipologia de patrimônio surgem articulados às pesquisas sobre a cultura material da escola mobilizando interesse de pesquisadores que têm culminado em práticas de conservação com produção de inventários de acervos e, muitas das vezes, na constituição de espaços de memória escolar.

---

7 Uma análise importante deste processo de construção das políticas de patrimônio no Brasil encontra-se em Fonseca (2003, 2005) e Chuva (2009).

Ao analisar a emergência da temática da preservação do patrimônio escolar no Brasil, Rosa de Souza observa como a constituição desta temática dialoga com o processo de alargamento e ressemantização da noção de patrimônio cultural no último quarto do século XX. Em sua análise, ressalta ainda a necessária inclusão deste patrimônio como patrimônio cultural apontando que é preciso “inserir o patrimônio escolar nesse debate público, político e especializado no campo da preservação, estabelecendo diálogos e reconhecendo aproximações” (SOUZA; 2013, p. 204).

A autora faz uma incursão sobre a importância da preservação e problematiza ainda as diferentes denominações utilizadas para indicar este patrimônio das escolas: patrimônio educativo, patrimônio histórico educativo ou ainda patrimônio escolar. A que se refere estas denominações? Ambas envolvem reivindicam um olhar atento ao valor histórico e cultural que esse patrimônio carrega. E logo reflete sobre os desafios à sua preservação

O primeiro deles é de ordem conceitual: a que estamos nos referindo com o termo patrimônio escolar? Qual o alcance desse termo para as necessidades de preservação do patrimônio no campo da educação? O adjetivo escolar é restritivo e implica a exclusão de processos, práticas e materialidades educativas para além das escolas. O uso do termo no plural - patrimônios escolares - chama a atenção para os bens materiais e imateriais, não somente para o tombamento dos edifícios, mas para a necessidade de proteção do acervo documental, museológico e bibliográfico e, por que não, dos modos de fazer e praticar o ensino. (SOUZA; 2013, p. 211)

Entendimento similar quanto à definição de patrimônio educativo é apresentado por Mogarro ao discorrer sobre cultura escolar e patrimônio, afirmando que

A instituição escolar constitui o universo de uma cultura própria e sedimentada historicamente, sendo também a produtora dos traços / documentos dessa cultura. Esses documentos configuram, na sua diversidade e variedade, o patrimônio educativo de cada instituição- o espaço físico (edifício e zona envolvente) corporiza esse universo; os espólios arquivístico, museológico e bibliográfico integram os documentos, portadores de infor-

mações valiosas e que nos trazem, do passado até ao presente, aspectos da vida da escola e que tornam possível escrever o itinerário da instituição. (MOGARRO; 2005, p. 105)

Entendido como integrante de um patrimônio da escola, o edifício escolar, porém, não alcança o mesmo empenho à sua patrimonialização que outras edificações no Brasil. Sobre isso, Tatiane Ermel (2017, p. 72) constata que este tipo de edificação tem sido “Considerado como uma “arquitetura menor” em relação aos demais prédios públicos (apesar de, em muitos casos apresentam aspectos de monumentalidade, usos de materiais importados e a incorporação de obras de artes)” e reafirma a importância de sua salvaguarda como necessária à compreensão da educação enquanto parcela significativa da cultura.

Importante observar que estes estudos em torno do patrimônio escolar se apresentam a partir de um dado contexto, últimas décadas do século XX, quando as pesquisas em história da educação se abrem a novos campos trazendo como temas de investigação a história das instituições educativas, a materialidade da cultura escolar, passando a contemplar o patrimônio histórico-educativo. Neste cenário, o documento apreendido pelo historiador é compreendido sob nova perspectiva, com novas fontes que são “construídas” em articulação com o objeto de estudo e não limitadas a documentação oficial e a legislação e normas. Esta nova abordagem na historiografia da educação converteu o espaço escolar construído, as práticas e saberes, E seus artefatos escolares à patrimônio histórico-educativo e a um lugar de memória social e individual.

Passa-se, neste sentido, a uma compreensão da instituição educativa, na perspectiva de Justino Magalhães, ou instituições escolares, como campo aberto à investigação e, portanto, como objeto de conhecimento, que se insere em uma nova historiografia da educação. Escrever sua história envolve, entre outras especificidades, “uma revalorização dos acervos documentais, arquivísticos, museológicos e arquitetônico escolar, bem como das memórias e representações (MAGALHÃES; 2004, p. 141).

Na dimensão da educação profissional e tecnológica tomando como recorte os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia as últimas décadas são reveladoras da *vontade de memória* nestas instituições que possuem uma história centenária. É possível identificar ações voltadas a recuperar, preservar e difundir a história destas instituições de ensino observando-se a constituição de espaços de memória institucional, no formato físico e/ou virtual em vários dos Institutos Federais. No geral, estão associados também a ações de preservação desta memória, também na dimensão da pesquisa na instituição, e podem ser definidos como lugares de memória, na acepção de Nora, de lugares para lembrar. Há uma diversidade de espaços e entre eles podem ser mencionados o Centro de História, Memória e Documentação do IFPE (CHMD), o Núcleo de Memória do IFRS (NUMEM), o Centro de Memória do IFSP, o Memorial do Instituto Federal de Sergipe, o Memorial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, além de outros.

Lugares de memória, como discutido por Pierre Nora não se limitam ao espaço físico, nem se reduzem a monumentos ou a acontecimentos dignos de memória, mas concebida como monumentos, arquivos, estas, calendários, aniversários, que convidam a rememorações. A partir da reflexão de Nora, Pierre Le Goff descreve os lugares de memória como sendo

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história (LE GOFF, 2013, p. 433).

Estes lugares nos lembram da importância e necessidade de preservação da memória institucional e de reconhecer o valor histórico e cultural do patrimônio histórico destas instituições escolares, e alertam quanto às suas condições de preservação.

Ao refletirmos sobre os bens das instituições de ensino, sejam eles materiais ou imateriais, é pertinente recorrer às reflexões de Escolano Benito acerca do papel do patrimônio histórico-educativo na formação de

identidades. Essa valorização, mais recentemente intensificada, conecta-se às discussões mais amplas, inserindo-se esse patrimônio da escola no contexto mais amplo das discussões sobre o patrimônio cultural. Nesse sentido, Escolano nos lembra que

Até há pouco tempo, os bens da escola foram excluídos dos arquivos da memória oficial, uma memória marcadamente seletiva, interessada principalmente em atos e obras notáveis. Agora esses bens são buscados, conservados e difundidos, porque nos pertencem e nos definem como sujeitos histórico-culturais. Eles fazem parte de nosso relato, sobretudo desde que a experiência escolar passou a fazer parte das formas universais de sociabilidade. Justamente por isso, estamos cada vez mais decididos a salvaguardá-los, uma vez que eles são essenciais no processo de constituição de uma identidade compartilhada. (ESCOLANO; 2017, p. 273-274)

## **O EDIFÍCIO DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE PERNAMBUCO: DE ESPAÇO EDUCATIVO DA EPT A PATRIMÔNIO HISTÓRICO-EDUCATIVO DO IFPE**

Inaugurado aos 18 de maio de 1935 com presença do Interventor do estado de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, do Superintendente do Ensino Industrial, Francisco Montojos, e de outras autoridades, o edifício escolar para a Escola de Aprendizes Artífices fora bem noticiado pelos jornais locais. Com apresentação do Orfeão escolar e apresentação de número de ginástica sueca pelos alunos da escola, além da Banda de Música da Brigada Militar, a inauguração festiva e o edifício inaugurado ganharam destaque em número de jornal escolar *O Artífice*, de maio de 1935.

Na ocasião também se realizou uma exposição de artefatos produzidos nas oficinas escolares, com trabalhos em madeira, metal, artes decorativas e artes gráficas, todos produzidos por alunos da escola. Assim como a exposição, o prédio inaugurado foi noticiado e elogiado no Diário de Pernambuco, que o descreveu como “um confortável edifício, de arquitetura moderna, bem ventilado, e em ótimas condições” (DP, 19.05.1935).

Instalada desde o ano de 1933 no prédio ainda inacabado, a Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco passava, naquele momento, a contar com uma instalação finalmente concluída, após ter passado 10 anos (1923 a 1933) em instalação cedida, todavia insuficiente, no Ginásio Pernambucano.

A trajetória histórica da a Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco, no entanto, não iniciava ali. Sua criação data de 1909, quando o presidente Nilo Peçanha criou pelo Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escola de Aprendizes Artífices no Brasil. Estas escolas formavam um sistema federal de ensino sendo mantidas pela União e vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Segundo Antonio Luiz Cunha, tratava-se de uma novidade, pois representavam “o primeiro sistema educacional de abrangência nacional”, sendo igualmente dotadas de “propósitos comuns e funcionamento regulado pela mesma legislação” (CUNHA; 2000, p. 66). Já Marcelo Carvalho destaca que a implantação destas escolas significou “a presença do Governo Federal no âmbito da educação nos Estados, política pública até então considerada prerrogativa quase que exclusiva das suas oligarquias dirigentes locais” (CARVALHO; 2017, p. 9).

A instituição escolar em questão é contemporânea da criação dos grupos escolares no Brasil<sup>8</sup>, nas primeiras décadas da República, quando foram erigidos seus primeiros prédios e a educação primária era compreendida e defendida pelos republicanos como “um dos principais meios de produzir os cidadãos e trabalhadores necessários ao progresso da República e ao mercado de trabalho livre que se implantava” (FARIA FILHO; 1998, p. 18). Não apenas a educação primária, também a aprendizagem profissional eram preocupações recorrentes no debate nacional. Sobre esta ação do poder federal Acácia Kuenzer explica que “na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela

---

8 Sobre a criação e edificação dos grupos escolares no Brasil podem ser consultados, entre outros, Souza (1998), Faria Filho (2000).

o faz na perspectiva mobilizadora da formação do caráter pelo trabalho” (KUENZER; 1998, p. 366).

No âmbito das Escolas de Aprendizizes Artífices, os edifícios que foram erigidos para estas escolas a partir da década de 1920 passam a constituir um patrimônio escolar, arquitetônico, vinculado à história da educação profissional no Brasil. A inauguração destas escolas em 1910 não significou naquele momento, a instalação em edifícios construídos para tal fim, mas em prédios da União existentes ou cedidos através parceria com os governos estaduais, e embora adaptados para servirem de escola, a maioria das instalações eram precárias.

Na década de 1920 também ocorreram reformulações nestas escolas. Após a criação da Comissão de Remodelação do Ensino Profissional Técnico pelo Ministério da Agricultura, estas instituições escolares de ensino primário e profissional passaram a um acompanhamento mais sistemático, especialmente com a transformação desta Comissão em Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico em 1921. Coordenado pelo engenheiro João Lüderitz, tinha entre suas várias atribuições, examinar o funcionamento das escolas e propor medidas que remodelassem o ensino profissional tornando-o mais eficiente, além de ter como incumbência a construção de prédios mais adequados (SOARES; 1982).

Em Pernambuco, a construção do edifício escolar da E.A.A.PE seria uma realidade apenas a partir de 1930. A escola, cuja construção foi conduzida pelo engenheiro José Antonio de Almeida Pernambuco, teve suas obras concluídas em 1934. Sua localização, no bairro do Derby, à rua da Estância, atual rua Henrique Dias, colocava-a ao lado da Faculdade de Medicina do Recife, em um bairro já enobrecido pós-reformas urbanas da década de 1920 levadas a efeito na capital pelo governador do estado Sergio Loreto (1922-1926).

O primeiro edifício onde esteve instalada ocupava área central da região do Derby, ainda não urbanizada, à época um subúrbio no Recife. Era o edifício abandonado do Mercado Coelho Cintra, também conhecido como Mercado do Derby, construído em 1899 por Delmiro Gouveia, o

cearense conhecido como “rei das peles”, então estabelecido em Pernambuco, e incendiado poucos meses após sua inauguração por motivação política<sup>9</sup>.

Em sua inauguração em 1910, o jornal *A Província*, destacava que o novo estabelecimento de instrução pública se encontrava “instalado magnificamente no antigo edifício do mercado do Derby, que depois dos trabalhos de adaptação ao novo fim a que se destina, nada deixa a desejar, oferecendo todas as comodidades e condições higiênicas.” (*A Província*, 17.02. 1910, p.1)

Na década seguinte, a escola foi impactada pelas reformas urbanas para uma modernização da cidade. A área do Derby fora escolhida nesta década de 1920 como área estratégica de construção de um novo espaço urbano, dentro do projeto de renovação da cidade promovido pelo governo de Sérgio Loreto. Esse processo de modernização representou uma espécie de ‘cruzada civilizatória’ que alterou profundamente as feições do bairro instituindo novos padrões de civilidade (COUCEIRO; 2003, p. 30). As obras de drenagem das áreas alagadiças foram fundamentais para viabilizar sua urbanização, consolidando o Derby como um ponto central na política de reconfiguração do espaço urbano recifense.

Nessa reconfiguração da cidade a escola deixou o primeiro edifício onde se estabeleceu. Sem prédio construído, a escola ficou instalada por 10 anos em anexo cedido pelo governo estadual no Ginásio Pernambucano. As pesquisas realizadas em jornais e nos documentos da escrituração escolar revelam que o processo de negociação de terreno para a construção da nova sede escola teve início ainda no ano de 1923. Entre os anos de 1923 e 1928 foram identificadas pelo menos três doações diferentes de terrenos para a Escola. Um telegrama enviado em 15 de maio de 1923 pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio ao diretor da instituição autoriza a escolha de um terreno doado pelo governo estadual no bairro do Derby para a construção do prédio. No mesmo documento,

9 Sobre este centro comercial e os investimentos de Delmiro Gouveia na área do Derby, ler, entre outros, Correia (1996; 1999).

o ministro solicitava máxima urgência na transferência da Escola para novo local. Esta doação fora relatada ainda em Relatório do Ministério em 1923, porém, como as obras não foram iniciadas de imediato, o terreno foi destinado a outra finalidade. Tais informações são confirmadas em documentos cujos registros constam no Livro de Protocolo da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco, um dos itens documentais que compõe o acervo do CHMD.

Sem ter sido levada adiante a construção, uma nova doação de terreno ocorreu em 1925, dessa vez por parte do Conselho Municipal do Recife, que doou uma parte do terreno no Jardim 13 de Maio, informação noticiada no Diário de Pernambuco em 27 de maio de 1925. Este terreno foi logo em seguida destinado a outra necessidade do Governo estadual. Em fins de 1925, o engenheiro civil Sylvio Olinto, do Serviço de Remodelação, cumpriria visita de inspeção escolar devendo inspecionar também o novo terreno doado pelo Governo do Estado para o novo edifício escolar, um terreno que no Relatório Ministério da Agricultura de 1925 aparece descrito como “muito bem localizado, à margem do rio Capibaribe e junto ao edifício da Diretoria de Obras do Estado. Este terreno, convenientemente examinado por um técnico do Serviço de Remodelação, foi aceito pelo Ministério, estando já efetivada e legalizada a doação”. Quanto ao projeto de construção, este apresentava segundo relatório do Serviço de Remodelação de 1926, “o edifício central e os pavilhões de oficinas completamente providos de instalação de luz e força, água e esgotos” (MAIC, 1925).

A última doação de terreno para construção da escola foi também noticiada no Diário de Pernambuco de 09 de outubro de 1928. Esse difícil processo de transferências de sedes e construção do edifício escolar é relatado pelo Rodolfo Fuchs em 1935, no texto *A construção da Escola*. No ano de lançamento da pedra fundamental Fuchs era o Inspetor Geral do Ensino Profissional Técnico. Formado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre em 1923, Fuchs foi aluno de João Luderitz, e no ano de 1928 seria contratado como engenheiro civil pelo Serviço de Remodelação ocu-

pando cargo de Inspetor Geral, sendo enviado a inspecionar as escolas do Norte. Estabelecendo-se em Pernambuco, dirigiu a Escola de Aprendizes Artífices no Recife a partir de 1931, quando deixou a direção o Dr. Antonio José Henriques Lima. Permaneceu na direção da E.A.A.PE até 1935, quando assumiu cargos no governo estadual, retornando como diretor em 1938 até o ano de 1939.

A fotografia abaixo (Fig. 1) registra o lançamento da pedra fundamental do edifício escolar, ocorrido em 1930, com a presença de funcionários e do próprio Rodolfo Fuchs. Este documento visual integra o acervo digital do Centro de História e Memória da Educação (CHMD), constituindo uma importante fonte para a compreensão da trajetória institucional da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco e do IFPE.

**Fig. 1:** Lançamento a pedra fundamental em 1930



Com obras concluídas em 1934, o edifício foi ocupado pela escola ainda em fase de construção, no ano de 1933. Retornava assim ao Derby, novamente às margens do rio Capibaribe. A condição de um edifício ainda inacabado pode ser observada na fotografia abaixo (Fig. 2), publicada naquele ano no jornal escolar *O Artífice*, impresso produzido pela

seção de Artes Gráficas da própria instituição, que mostra também a visita do então presidente Getúlio Vargas à escola.

**Fig. 2:** Visita do presidente Getúlio Vargas à EAAPE em 1933



**Fonte:** O Artífice, 1933/ Acervo CHMD

Sobre a autoria do projeto a única referência encontrada até o momento consta em Stela Barthel (2015)<sup>10</sup>, indicando a autoria de Jaime Oliveira, porém não consta indicação do ano de elaboração do projeto ou quaisquer outras informações até o momento encontradas.

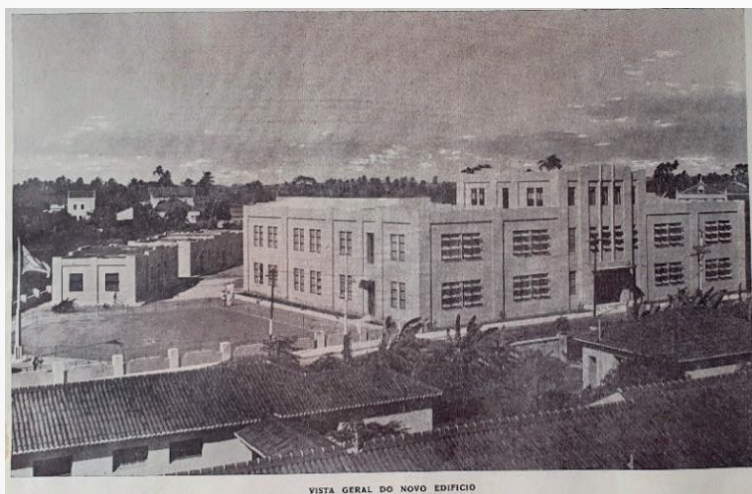
A edificação, que podemos chamar de um conjunto edificado, era composto por edifício central, pavilhões de oficinas, onde se desenvolviam as atividades didáticas, e pavilhão sanitário, incluía ainda a casa do diretor, construída em terreno nas proximidades da escola. O conjunto ocupava à época cerca de 4.000 metros quadrados de área construída, conforme descrito pelo diretor Rodolfo Fuchs em artigo intitulado *A construção da Escola*, também publicado no jornal escolar *O Artífice*, por ocasião da ação comemorativa dos 25 anos da instituição, e da inauguração no novo edifício da E.A.A.PE em maio de 1935.

<sup>10</sup> Esta autoria é indicada em tese de Stela Barthel (2015) intitulada *Vestígios do Art Déco na cidade do Recife (1919-1961): abordagem arqueológica de um estilo arquitetônico*.

O edifício escolar possuía capacidade para receber 400 alunos. Era formado por edifício central com 3 pavimentos (térreo, primeiro e segundo anda) onde estavam distribuídas salas de aula em número de 7, laboratórios, sala de administração, gabinetes médico e dentário, refeitório, pátio, casa do almoxarife ocupando o último pavimento, entre outros. Externo a ele, 3 pavilhões das oficinas para o ensino dos ofícios sendo: oficina dos trabalhos de madeira; oficina dos trabalhos de metal; artes decorativas; e artes gráficas.

Na mesma edição da revista, uma fotografia (Fig. 3) apresenta o espaço escolar recém-inaugurado, onde vê-se o edifício de 2 andares, com amplas janelas proporcionando iluminação natural e pavilhões ao fundo.

**Fig. 3:** O Edifício da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco em 1935



**Fonte:** O Artífice, 1935/ Acervo CHMD

Sobre o edifício, Stela Berthel (2015) explica que sua arquitetura apresenta as marcas do estilo Art Déco introduzido no Brasil nos anos 20 e chegando ao auge na década de 1930. Com grandes janelas basculantes propiciando ventilação e uma iluminação natural, sua fachada, pátio interno aberto, as grades metálicas da entrada principal e laterais, o Edifício Central evidencia a modernidade arquitetônica. Abaixo (Fig. 4),

a entrada principal da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco em evidência.

**Fig. 4:** Entrada principal da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco



**Fonte:** O Artífice, 1935/ Acervo CHMD

Com grandes janelas e grades metálicas, o edifício escolar recebeu um conjunto de vitrais artísticos criados por Heinrich August Johann Moser – ilustrador, pintor, escultor e arquiteto alemão radicado no Recife. A decoração do edifício recebeu destaque no Diário de Pernambuco em sua edição de 19 de maio de 1935, mencionando os vitrais instalados em frente a cada escada, de autoria do pintor Heinrich Moser (DP, 19.05.1935). Os vitrais da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco, datados de 1935, evocam o mundo das artes e dos ofícios, dialogando com os ideais de formação promovidos pela escola.

O prédio passaria por ampliações posteriormente, dada a necessidade de maior espaço escolar para atender a quantidade de alunos matriculados, situação verificada ainda na década de 1930 e reivindicada especialmente a partir dos anos 40 deveria atender às reformas do ensino profissional, o que demandaria mais espaço físico. Documentos enviados pelos diretores Rodolfo Fuchs e Manuel Viana de Vasconcelos ao Ministério

da Educação, em 1939 e 1942, respectivamente, demonstram a preocupação com a insuficiência dos espaços e a necessidade de ampliação da estrutura física da escola<sup>11</sup>. Nesse momento, a escola já ganhara nova denominação: Liceu Industrial de Pernambuco e logo a seguir, em 1943, deveria implementar as mudanças das leis orgânicas do ensino industrial e a partir dela uma nova institucionalidade e nomenclatura: Escola Técnica do Recife<sup>12</sup>.

Para as necessidades de ampliação a escola recebeu a doação de novos lotes de terreno na mesma localidade. Assim, somando-se à doação de 7.074,27 m<sup>2</sup> em 1928, houve a doação de 12.746,49m<sup>2</sup> na mesma quadra, totalizando uma área de 19.820,76m<sup>2</sup>, cuja escritura seguiu publicada no Diário do Estado aos 20.08.1941. Além destes terrenos, o governo estadual realizara a doação de terreno com 465,00m<sup>2</sup> nas proximidades para a construção da casa do diretor. Não foi possível identificar até o momento as mudanças na configuração física do espaço escolar na segunda metade do século XX ou mesmo projetos de construção e plantas do conjunto escolar, documentação que não existem no arquivo escolar e constituem lacunas ainda na pesquisa.

As transformações na própria cartografia do espaço, no ambiente interno, no entorno, no currículo escolar e refletido nas práticas, nos objetos e instrumentos de ensino, fazem parte da trajetória da instituição e deixam suas marcas na arquitetura da escola. O prédio ganhou ampliação no terceiro pavimento nas décadas seguintes, assim como novos pavilhões que foram construídos, para receber a instalação de laboratórios

---

11 Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde, dr. Gustavo Capanema, pelo Diretor da Escola Técnica do Recife, engenheiro-civil Manuel Viana de Vasconcelos, consultado no repositório digital do CPDOC.

12 Em 1937, através da Lei nº 378 as Escolas de Aprendizes Artífices receberam nova nomenclatura: Liceus Industriais. Com o decreto da Lei Orgânica do Ensino Industrial em 1942 a escola passaria a se chamar Escola Técnica do Recife, com mudanças curriculares para o ensino e criação de novos cursos, mais alinhados às necessidades da indústria. A partir daí retirava-se a educação primária e destinava-se à educação secundária com cursos industriais básico, e aos cursos técnicos.

necessários aos novos cursos após sua transformação em Escola Técnica do Recife.

As mudanças no ensino industrial em 1942 alterariam também o perfil do alunado da instituição de ensino, que deixava de oferecer o ensino primário e passava ao ensino de segundo ciclo, industrial básico, e o ensino de nível técnico.

Sobre o edifício escolar emergem memórias de muitos que tiveram suas vidas entrelaçadas à instituição, como aluno, como funcionário, ou mesmo ocupando ambos os papéis em diferentes momentos. O espaço edificado carrega vestígios das experiências vividas, dos saberes compartilhados e das trajetórias construídas no interior da escola. Em entrevista realizada com egressos e servidores aposentados, das memórias do ex-aluno e professor aposentado, Prof. Moacyr Samarco, a escola no Derby ficou gravada em sua memória como um lugar grandioso:

*“Bom, eu vim de um grupo escolar, que eu lhe falei, né? Um grupo escolar pobrezinho, depois fiz... Fui do Colégio Salesiano, depois o padre Félix e Escola Técnica. É uma “É uma maravilha. Você entra num prédio monumental, daquelas salas com pé direito duplo”<sup>13</sup>.*

Sua trajetória na escola iniciou em 1968 como aluno na Escola Técnica Federal de Pernambuco, na primeira turma do curso de técnico em Edificações. Esta relação com a instituição de ensino ampliou-se quando se tornou professor anos depois, no mesmo edifício onde havia estudado.

Sobre as memórias que guardamos de nossas escolas afirma Escolano (2017, p. 187) que “os edifícios escolares registram em si mesmos conteúdos e valores de memória; são, ao mesmo tempo, indutores de influências duradouras nas lembranças dos atores que viveram sob o abrigo de seus muros.”

A memória afetiva que ex-alunos e servidores guardam do edifício escolar no Derby demonstram o conjunto de relações e significados cons-

13 Entrevista concedida pelo professor Moacyr Ramos Samarco Júnior às professoras Lêda Correia e Solange Lopes no âmbito do Projeto Memória IFPE, em 15.12.2021, no CHMD.

truídos a partir da experiência vivida naquele espaço e que seguiu para além tempo de escola.

Também o professor José Wanderley<sup>14</sup> relatou a impressão que o prédio da escola quando começou a estudar na escola em 1964, tornando-se aluno da Escola Técnica do Recife:

Fiquei deslumbrado, né? Quando entrei pela primeira vez naquele hall, ali, pé direito alto [?]. Primeiro eu achei lindo aqui. Eu digo: “Meu Deus eu vou estudar aqui? Será que papai vai me conseguir colocar aqui?” E consegui. Eu gostava do prédio por vários aspectos, como: como obra de engenharia, está certo? Naquela época eu não tinha visão do que era uma obra de engenharia daquela, está certo? Uma arquitetura antiga..., mas sobre o prédio em si eu gostava demais. Tinha aquelas salas lá no térreo, sala no primeiro andar, sala que funcionava como anfiteatro – depois eu fiquei lembrando, dava exatamente para ruas, né? A primeira vez que eu cheguei, à primeira vista, me impressionou o tamanho do prédio. E eu achava luxuoso aquele hall de entrada.

[...]

Na verdade, tinha, no primeiro andar, na parte superior, logo quando você entra, aquela escada bonita; no primeiro andar tinha um auditório. Esse auditório era legal... Em termos de decoração as cadeiras eram de madeira, não eram poltronas não; eram de madeira. E tinha um piano lá que eu ficava babando. Um piano. Lindo o piano. E tinha um palco mais alto que tinha um piano. E nesse auditório a gente se apresentava lá, tinha a parte teatral.

No início dos anos 80, quando a escola construía uma nova sede, já como professores, ambos participaram do processo da construção, compondo o Grupo Técnico-Operacional da obra da nova sede no bairro do Curado, numa área muito maior que o terreno do Derby e para onde se transferiria totalmente até 1984. Este Grupo Técnico-Operacional Profissionais constituído por professores da escola não apenas acompanhou de perto o andamento das obras, como também foi responsável pelo projeto do novo edifício escolar, contribuindo com sua formação profissional nos diferentes projetos da construção.

14 Entrevista concedida pelo professor José Wanderley Pinto, às professoras Lêda Correia e Solange Lopes no âmbito do Projeto Memória IFPE, em 17.11.2021, no CHMD.

A partir dali, com uma nova sede para a escola, o edifício escolar no Derby foi cedido e continuam em posse de outras duas instituições: o Colégio da Polícia Militar; e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

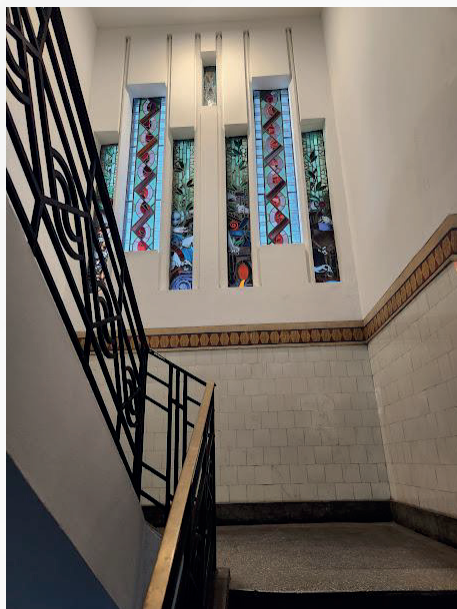
Nos últimos anos, o edifício central em posse da Fundaj passou por restaurações. Sobre o edifício escolar do Derby a arquiteta Sonia Machado (2009, p. 34) escreve que o projeto era “composto por um conjunto arquitetônico imponente, formado pelo Edifício Central e atrás os pavilhões destinados às oficinas, interligados por um pátio interno ajardinado. Parte deste conjunto foi cedido à Fundação Joaquim Nabuco em 1983, sob a forma de comodato”.

A partir da autora é possível identificar também que o edifício escolar possuía rodapé em ladrilho hidráulico, azulejo revestindo a parede interna até a altura de 1,50m e detalhes em alto relevo, além de friso em argamassa. Tais características teriam sido danificadas ao longo do tempo e a partir de 2005, com o serviço de restauração, manteve-se o revestimento em azulejo branco nas paredes do primeiro pavimento, garantindo características originais. Além disso, no processo de restauro foram descobertas camadas de ornamentos como uma faixa decorativa pintada acima dos azulejos, contendo imagens como detalhes, acarretando uma revitalização da composição estética original das paredes e escada do primeiro pavimento.

Os vitrais integram o patrimônio edificado. Abaixo, um dos conjuntos de vitrais (Fig. 5) restaurados, em escadaria principal no interior do edifício.

Sobre os vitrais do edifício já mencionamos que sua estética evoca o mundo das artes e dos ofícios ensinados na instituição, refletindo a proposta pedagógica da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco. Vale destacar aqui que o artista responsável pela obra, Heinrich Moser, além de contribuir para a estética da escola, também deixou sua marca em outros importantes edifício no Recife, como o Palácio da Justiça, o Clube Internacional, a Basílica do Carmo, e o Gabinete Português de Leitura.

**Fig. 5:** Escadaria com vitrais ao fundo e detalhes no revestimento da parede.



**Fonte:** Arquivo pessoal de Lêda Cristina Correia da Silva, 2023.

Quanto ao estilo arquitetônico da edificação, seus vitrais, grades metálicas, frisos que compõem a sua estética, todas essas características tornaram o prédio, considerado um remanescente do estilo *Art Déco*, um Imóvel Especial de Preservação – IEP, pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) do Recife desde 1996.

Após sua cessão à Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) o edifício originalmente construído para Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco e que nos anos 1980 era a sede da Escola Técnica Federal de Pernambuco recebeu nova denominação. No entanto, nenhuma placa ou sinalização no local indica e reconhece que este espaço está profundamente entrelaçado à história da educação profissional e tecnológica no estado e que ali inscreve-se uma parte importante da história do IFPE, dos sujeitos da escola (seus alunos e alunas, professores e professoras, servidores técnicos) em especial, do Campus Recife, o que o torna um “lugar de memória”, portador de símbolos e referências, e patrimônio histórico-educativo desta instituição de ensino.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procuramos trazer algumas contribuições à história do IFPE a partir das pesquisas que vimos conduzindo sobre o edifício da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco. Entendemos que o edifício escolar é portador de referências continuamente reconstruídas por alunos e funcionários, é lugar de memória da escola e suporte à memória dos sujeitos e da instituição, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

Com ele pretendemos também lançar provocações sobre questões atinentes à preservação do patrimônio histórico-educativo em nossas instituições, particularmente no âmbito da rede federal de educação profissional. Em que pese as iniciativas gestadas em alguns institutos federais, com a constituição de instituições de memória como museus escolares, centros de memória e centros de documentação, alguns destas já supra-mencionadas, verifica-se a necessidade de um olhar mais cuidadoso para o valor histórico e cultural deste patrimônio.

Nessa direção, a criação de política institucional de memória e de preservação do patrimônio histórico-educativo surgem como desafios que se colocam para os Institutos Federais, necessários à salvaguarda de acervos arquivístico, bibliográfico, museológico, bem como do patrimônio arquitetônico destas que são instituições com uma história centenária.

## REFERÊNCIAS

BARTHEL, Stela Gláucia Alves. **Vestígios do Art Déco na cidade do Recife (1919-1961):** abordagem arqueológica de um estilo arquitetônico. Tese. PPGA. UFPE: Recife: O autor, 2015. Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Catarina P. T. Ramos. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14975> Acesso em 26 abr. 2021

CARVALHO, Marcelo A. M. Nilo Peçanha e a criação das Escolas de Aprendizes Artífices no contexto da Primeira República (EAAs): 1910-1914. In: *7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em*

*História Econômica*, Ribeirão Preto, 2018. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/ix-encontro-de-pos-graduacao-em-historia-economica>

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2ª ed., 2017.

CORREIA, Telma de Barros. Delmiro Gouveia: a construção de um mito. **CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS**, vol. 12, n.1, p. 25-62, jan./jun. 1996. Recife: Fundaj. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1178/898>  
Acesso em: 20.08.2023

\_\_\_\_\_. Comércio e lazer no início do século: O caso do Derby no Recife. São Paulo: **PosFAUUSP**, n.7, p. 37-60, set. 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/137132>. Acesso em: 13 fev. 2021.

CPDOC. “Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde, dr. Gustavo Capanema, pelo Diretor da Escola Técnica do Recife, engenheiro-civil Manuel Viana de Vasconcelos.” In. Ministério da Educação e Saúde - Educação e Cultura. Arquivo Gustavo Capanema 1937-1945. Disponível em <[https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arg\\_gc\\_g&pesq=escola%20de%20aprendizes&pagfis=41724](https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arg_gc_g&pesq=escola%20de%20aprendizes&pagfis=41724)> Acesso em 10 de dez. 2023.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo**: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928). Tese. PPGE.

PUCRS. Orientador: Maria Helena Câmara Bastos. Disponível em <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7337>. Acesso em 10 de mai. 2023.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Trad. Heloísa Pimenta Rocha e Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea. 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 141-159,

jan. 1998. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-25551998000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 14 abr. 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. vUer. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc - IPHAN, 2005.

\_\_\_\_\_. Para além da “pedra e cal”: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.) **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 06, n. 20, p. 365-383, 1998. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v06n20/v06n20a03.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. 504 p.

MACHADO, Sônia. MACHADO, Sônia. **Janelas para a História:** defendendo e preservando a memória arquitetônica da Fundação Joaquim Nabuco (mimeo). Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos:** histórias das instituições educativas. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Pro-posições**, Campinas, v. 16, n. 46, p. 103-116, jan./abr., 2005b.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, 10, 7-28, 1993.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 199-221, jan/jun 2013. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013199>. Acesso em: 13.10.2021